

**À G.: D.: G.: A.: D.: U.:**

**À A.: R.: L.: S.: Cavaleiros da Ordem Suprema – No. 2988**

**V.: M.:, Ir.: 1º Vig.:, Ir.: 2º Vig.:**

**S.:**

**F.: U.:**

**TRABALHO SOBRE OS**

**LANDMARKS**

**Ir.: Arthur E. F. Heinrich**  
**CIM: 204891**

**Oriente de São Paulo, 19 de Agosto de 2008**

# LANDMARKS

"Um Landmark no es ni un símbolo, ni una alegoría, sino una regla. Se les define como reglas de conducta que han existido desde tiempo inmemorial — Ya sea en forma de ley escrita o de tradición oral — y que son coesenciales con la Sociedad masónica, de forma tal que, en la opinión de la mayoría, son inmutables, y todo masón está obligado a conservar intactas, en virtud de sus compromisos más solemnes e inviolables".

(BENIMELI, José A. Ferrer, SJ.,  
Professor de História Contemporânea,  
na Universidade de Zaragoza).

## ORIGEM DO NOME

Desde que o homem se tornou civilizado, passou a criar regras de boa conduta que, sendo aceitas e seguidas pela maioria, permitiam o desenvolvimento da sociedade.

Com o surgimento dos primeiros camponeses, criou-se a necessidade de demarcar as terras, de forma a identificar a fração do terreno a que cada um tinha direito. Naquela ocasião, convencionou-se a utilização de marcos de pedra que indicavam os limites do terreno, e estes passaram a ser chamados de marcos de terra ou “landmarks”.

Para que esta demarcação fosse eficaz, os marcos não podiam ser movidos nem removidos, pois se isto ocorresse, seriam violados os direitos dos camponeses. Como havia um consenso sobre isto, os landmarks passaram a ser considerados pela sociedade como invioláveis e inalteráveis.

A Maçonaria, como sempre, volta ao passado em busca de símbolos e alegorias de grande significado, para transmitir seus ensinamentos, e assim fez, adotando o termo “landmarks” para descrever algo que não poderia ser violado de forma alguma: Um conjunto de regras fundamentais de conduta que deveriam ser seguidas por qualquer associação de homens com a pretensão de atuar como Maçonaria.

A idéia dos landmarks, como tantas outras, provavelmente veio da Bíblia, visto que, a partir do momento em que os ingleses se afastaram do domínio religioso de Roma, as Sagradas Escrituras se tornaram o livro de cabeceira daquele povo.

De fato, vários versículos da Bíblia referem-se a marcos e limites:

- Jó, XXIV, 2: “Há os que mudam os marcos dos limites e apascentam rebanhos que eles roubaram”
- Provérbios, XXII, 28: “Não mude de lugar os antigos marcos que limitam as propriedades, que foram colocados por seus antepassados”
- Deuteronômio, XXVII, 17: “Maldito quem mudar o marco de divisa da propriedade do seu próximo”

Semelhante ato era considerado pela lei judaica como crime gravíssimo, punido com penas severas. E tinha forte razão para que assim fosse. Se alguém removesse esses marcos não se tinha outro guia para reconhecer os limites das propriedades. Por essa razão, tal ato era considerado um crime entre os mais horríveis.

Como se sabe, o costume de utilizar pedras para marcos ainda não caiu em desuso. Muitas delas são encontradas na interseção de grandes rodovias, assinalando as várias direções, enquanto outras indicam as distâncias de uma cidade a outra.

Para os Maçons que adotam os Landmarks, esta palavra tem o mesmo sentido que na Bíblia; isto é, expressa a idéia de um grande rochedo inamovível. Representa para eles história, tradição, lei, regulamento, rito, costume, sistema, prerrogativa, direito, algo fundamental que vem de tempos imemoriais.

## ORIGEM DOS LANDMARKS NA MAÇONARIA

Não existe um consenso entre os autores, de quais seriam as regras e limites que deveriam ser considerados Landmarks.

Eles foram estabelecidos depois de meados do século XIX e deles tem se ocupado eruditos autores, enumerando-os em classificações que variam de 3 até 54 Landmarks.

Embora continue sendo um “tema escabroso e sem solução”, nas palavras de Nicola Aslan, e do qual jamais puderam chegar a um acordo, no sentido de defini-los, enumerá-los, classificá-los e interpretá-los, merece ser estudado devidamente.

Este assunto deve ser abordado sempre com muita prudência, até que pesquisadores, acadêmicos e historiadores possam, futuramente, ocupar-se de seu estudo de forma aprofundada. Até hoje, apesar dos inúmeros debates a seu respeito, nenhuma relação de Landmarks chegou a ser publicada com aceitação unânime.

“A idéia geral que se tem sobre os Landmarks, na Maçonaria, é que são usos, costumes, leis e regulamentos, universalmente reconhecidos, existentes desde tempos imemoriais, fundamentais princípios da Ordem, inalteráveis e irrevogáveis, e que não podem ser infringidos ou desviados o mais levemente que seja. Tão remotos seriam eles de não se lhes poder determinar a origem, e tão essenciais que, se fossem alterados, modificados ou emendados, também estaria mudado o próprio caráter da Maçonaria.”

Para o conceituado estudioso Alec Mellor, os princípios qualificados de fundamentais, serão abalados até os alicerces, no dia em que os juristas pensarem em fazer uma obra definitiva, dando-lhes uma fórmula.

Na verdade, como assinala Robert Macoy, não é tão importante, para o estudioso Maçônico, saber quantos são os Landmarks, mas sim, qual é a sua natureza, que evidência possuímos sobre a sua antiguidade e genuinidade, e que prejuízos haverá em aboli-los, extirpá-los ou suprimi-los.

Não concordamos, todavia, com aqueles que pretendem abolir, extirpar ou suprimir, os Landmarks. Nem também de que não haja solução possível e de que qualquer trabalho neste sentido, seja sempre "estabelecido sobre areia". Nem acatamos Marius Lepage, quando exclama jamais ter visto um Landmark, porque, na realidade, este não passa de um mito forjado por um poeta...

Entendemos, porém, em que pese a universal veneração de que os Landmarks são objeto dentro da instituição Maçônica e considerando que a Maçonaria pugna pelo "aperfeiçoamento intelectual de seus membros e pela investigação constante da verdade" e que esta não impõe dogmas e muito menos dogmas históricos ou científicos, que é chegado o momento de aprofundarem os estudos em torno de tão relevante assunto.

Em 1720 George Payne, durante o seu segundo período como Grão-Mestre da Grande Loja de Londres, compilou os Regulamentos Gerais, que foram adotados em 1721, como lei orgânica. Pela primeira vez há menção da palavra Landmark, na Maçonaria, De fato, lê-se, no artigo 39, dos citados Regulamentos, o seguinte:

"Cada Grande Loja anual tem inerente poder e autoridade para modificar este Regulamento ou redigir um novo em benefício desta Fraternidade, contanto que sejam mantidos invariáveis os antigos Landmarks..."

A Assembléia Geral, de 25/11/1723, da Grande Loja da Inglaterra, substituiu a palavra "landmark" pela palavra "rule" (regra) e as edições do Livro das Constituições, que incorporou o texto dos Regulamentos Gerais, de Payne, de 1738, 1756, 1767 e 1784, mantiveram o vocábulo "rule". Naturalmente, o que previa Anderson é que os antigos Landmarks fossem cuidadosamente preservados, pois os maçons ingleses nem mesmo pensavam em regras invariáveis e inalteráveis, tanto que o próprio artigo 39 permitia a alteração do Regulamento em benefício da Fraternidade. É oportuno salientar que os próprios artigos da Constituição, de 1723 e, particularmente, o primeiro, foram várias vezes alterados pela Grande Loja da Inglaterra e esta, jamais, definiu e especificou os Landmarks.

## DEFINIÇÕES DE LANDMARKS

A esse respeito as opiniões dos escritores maçônicos são as mais variadas e desencontradas, tanto quanto contraditórias. Como ilustração segue exemplos do que dizem, a respeito, alguns eruditos e estudiosos maçons do século XIX e outros mais recentes.

Em apenso à Constituição do GOB, de 1977, aparecem as seguintes definições de Landmark:

**Albert G. Mackey**, em *Masonic Jurisprudence*: "Há diversidade de opiniões entre os tratadistas a respeito da natureza das Antigas Marcas da Maçonaria; porém o melhor método será limitá-las aos antigos universais costumes da Ordem que acabaram por concretizar-se em regras de ação, ou que se articularam em leis por alguma autoridade competente, e o seria em tempo tão remoto que não deixou sinal na história".

**Josiah Drummond**, em *Maine Masonic Text Book*: "A definição da palavra "marca" denota apenas que é possível enumerá-las. Tudo quanto podemos saber é que são leis e costumes existentes desde tempo imemorial. Se há algum uso universal de origem desconhecida, é uma marca."

**John W. Simons**, em *Principles of Masonic Jurisprudence*: "Consideramos como marcas os princípios de ação que existem desde tempo imemorial, seja em lei escrita ou tradicional, que se identificam com a forma e essência da Maçonaria, e que a grande maioria aceita serem invariáveis e todos os maçons estão obrigados a manter intactos, sob pena de irrevogáveis sanções."

**George Oliver**, em *Dictionary of Symbolic Masonry*: "A respeito das marcas da Maçonaria, alguns as limitam aos sinais, toques e palavras. Outros incluem a cerimônia de iniciação e exaltação; os ornamentos, moveis e jóias da Loja, os seus símbolos característicos. Alguns opinam que a Ordem, não tem outras marcas, além de seus peculiares segredos."

**Robert Morris**, em *Dictionary of Freemasonry*: "Os dogmas invariáveis que a assinalam dão a conhecer e mantêm os limites da Franco-maçonaria."

**Luke A. Lockwood**, em *Masonic Law and Practice*: "As marcas da Maçonaria são aqueles antigos princípios e práticas que assinalam e distinguem a Maçonaria como tal, e são a fonte da jurisprudência Maçônica."

**J.Q.A. Fellows**, em *Proceedings of G.L. of LA*, 1889: "A crença em Deus, nosso Pai; na imortalidade da alma; na fraternidade humana: a necessária prática de todas as virtudes cívicas e morais; nossos deveres para com Deus, com a pátria, com o próximo e conosco mesmo. Estes princípios universalmente conquistados, são, a nosso ver as marcas da Ordem."

**H.B. Brant**, em *Ancient Landmarks WITH SUPPORTING EVIDENCE*: "Não pode considerar-se marca da Maçonaria o que não está estabelecido pelos escritos de nossos pais ou outras reconhecidas autoridades, como regra ou crença dos Franc-maçons em 1723 ou antes, ou que não esteja hoje aceita como marca."

**Theodore S. Parain**, em *IOWA Proceedings* 1889: "Para que uma marca realmente o seja, deve merecer o respeito universal e ser observada por todos os maçons."

**Albert Pike**: "Os antigos princípios fundamentais da antiga Maçonaria Operativa eram poucos e simples e não se denominavam marcas. Cada Loja era independente das demais e não havia autoridade superior que as regesse. Todas estavam constituídas de Aprendizes e Companheiros, e tinham seu Venerável e Vigilantes eleitos por voto de todos os membros. Os antigos deveres denotam os princípios a que obedeciam as relações entre os membros, e não será inadequado dizer que os citados fossem as marcas da Ordem."

**W. B. Hextal**, em *ARS Q. C. VOLUME XXV*, pág. 91: "As antigas marcas da Franco-maçonaria, como toda outra marca material ou simbólica, só se podem manter estáveis quando se apóiam em fundamentos seguros. Ao se aprofundar o filósofo sobre a pedra em que descansa, descobre que o nosso fundamento seguro é o trino dogma da fraternidade de Deus, a fraternidade dos homens e a vida futura. Todas as leis, usos, costumes e métodos que não se apóiem neste dogma básico, serão convenções ou acomodações, porém de modo algum participarão da natureza das antigas marcas."

**Definição adotada pelo Congresso Maçônico de Chicago, em 1893**: "As antigas marcas são aqueles princípios fundamentais que caracterizam a Maçonaria, segundo definem os Deveres dos Franc-maçons e sem os quais nenhuma instituição pode identificar-se como Maçonaria, combinados com a essência do não escrito, linguagem pela qual se identificam entre si os maçons."

Dizia, então, a Grande Loja: "Em face da diversidade de opiniões entre os escritores, quanto, aos Landmarks e a Maçonaria, o método mais seguro seguido por Mackey para coligi-los foi restringi-los às antigas e, portanto universais práticas da Ordem, as quais, embora, gradualmente impostas como regras de ação ou imediatamente decretadas por autoridade competente, o foram em época tão remota que não deixaram notícia alguma nos anais de nossa história."

Diz Mackey: "A antiguidade é o elemento essencial do Landmark."

É interessante notar que, embora o Brasil e alguns outros países, principalmente na

América do Sul, tenham adotado a relação de Mackey, a Grande Loja Mãe da Maçonaria Universal estabeleceu outra série de Landmarks, através dos quais fica regulamentada a regularidade das Potências Maçônicas e o seu conseqüente reconhecimento pela Grande Loja Unida de Inglaterra, reduzindo a 8 (oito) o número de Landmarks ("oito pontos"). Assim, os ingleses (maçons) não concedem maior importância aos "Antigos Landmarks."

"Na América do Norte a teoria dos Antigos Landmarks da Ordem encontrou os seus melhores partidários, embora cada Loja adotasse os que mais lhe convinham."

Silas H. Shepherd, citado por Nicola Aslan, refere: "Nove Grandes Lojas (dos Estados Unidos) reconheceram como Landmarks oficiais os 25 da enumeração de Mackey. Sete Grandes Lojas adotaram compilações por elas mesmas redigidas. "Seis Grandes Lojas sustentam que os Landmarks estão incluídos nos Antigos Deveres. "As demais Grandes Lojas opinam que deve ser evitado qualquer intento de enumerar, definir e declarar quais são ou não são Landmarks, conforme o precedente da Grande Loja de Inglaterra, que deixou livre a questão.

"A maioria das Grandes Lojas que sustentam este critério consideram os Antigos Deveres contidos na primeira edição da Constituição da Grande Loja da Inglaterra como a lei fundamental onde constam os vitais princípios mercedores da categoria de Landmarks."

Por outro lado, "se tomarmos em consideração as manifestações de seus mais categorizados escritores, os franceses não concedem aos Landmarks qualquer importância, por menor que seja". Oswald Wirth diz que os Landmarks são de invenção moderna. Marius Lepage, com ironia e irreverência, é quase agressivo, perguntando: "Mostrai-me um Landmark, um verdadeiro!...". Jules Boucher escreve: "A Liberdade de Pensar é, dentro da Maçonaria francesa, um Landmark fundamental e, paradoxalmente, este Landmark não tem limites!".

## ALGUNS PONTOS DE ANÁLISE

Seriam os Landmarks meios de reconhecimento?

"Isto significaria que os nossos atuais meios de reconhecimento já estavam em uso na Antiga Maçonaria? Não, pois antigamente estes eram comunicados aos Aprendizes.

Seriam estes os mesmos em toda parte? Não, pois a palavra de substituição (da palavra perdida) usada na Inglaterra, não é a mesma nos Estados Unidos e os sinais são diferentes segundo os países. Parece-nos que estes não são princípios essenciais e fundamentais e, em havendo necessidade, poderão ser alterados no futuro. Assim, como poderão ser Landmarks os meios de reconhecimento?

A divisão em Graus da Maçonaria Simbólica. É sabido que a Antiga Maçonaria Operativa não tinha graus, pois foram estabelecidos em 1723 e 40 anos mais tarde, algumas Lojas que obedeciam à Grande Loja da Inglaterra ainda não os tinham aceito.

A lenda do 3.º Grau, até 1723, não tinha sido introduzida na Maçonaria, conforme Leadbeater em "Pequena História da Maçonaria."

O Governo da Fraternidade, por um Grão-Mestre eleito por todos os maçons, só se verificou em 1717, com a eleição de Sayer.

A prerrogativa do Grão-Mestre, de presidir toda reunião de maçons no território de sua jurisdição, só foi possível após a instituição do cargo de Grão-Mestre. Ninguém a exerceu nos primeiros dias da Maçonaria.

A faculdade do Grão-Mestre de autorizar dispensa para conferir graus, antes do tempo regulamentar, era outra prerrogativa da competência de cada Loja, que gozava de absoluta independência, no que diz respeito à obtenção dos graus.

A prerrogativa do Grão-Mestre de conceder licença para instalação e funcionamento das Lojas. A Grande Loja pode, se o achar oportuno, retirar-lhe essa faculdade, pois as Antigas Lojas não necessitavam de autorização estranha para sua instalação e funcionamento.

A prerrogativa do Grão-Mestre de iniciar e exaltar, à primeira vista, só ocorria com o auxílio de conveniente número de irmãos por ele convocados, nunca, porém, por si ou perante si, com o candidato no aposento.

A necessidade dos maçons de se reunirem em Lojas, cabendo o governo destas a um Venerável e dois Vigilantes, foram, indubitavelmente, Landmarks.

A necessidade de que toda Loja trabalhe a coberto, é outro Landmark.

O direito de todo Mestre maçom de ser representado nas Assembléias Gerais da Ordem e de dar instruções aos seus representantes, é outro ponto controvertido pois os Aprendizes e Companheiros tinham o direito de assistir e votar nas Assembléias Gerais, mas não o de ser representados, que só cabia ao Venerável e Vigilantes.



O direito de todo maçom recorrer em alçada perante a Grande Loja ou a Assembléia Geral contra resoluções de sua Loja, nunca existiu, a despeito de muitas resoluções, na Inglaterra.

O direito de todo maçom de visitar e ter assento nas Lojas regulares, também inexistia, pois nenhum maçom de outro país pode visitar uma Loja inglesa, por mais que tenha os seus documentos, sem ter quem o garanta, não somente como maçom, mas também como digno de ser visitante.

Se fosse Landmark a necessidade de trolhar o visitante sem garantia pessoal, resultaria de que nada serviriam os documentos de maçons pertencentes a outros ritos e nenhum maçom norte-americano poderia visitar as Lojas escandinavas ou latinas.

Que nenhuma Loja pode interferir nas atividades de outra é demasiadamente vago e geral para constituir um Landmark, uma vez que poderia chegar ao ponto de uma Loja ignorar as objeções de outra, contra a admissão de um profano.

A submissão de um maçom às leis, regulamentos e atos da jurisdição Maçônica em que reside, também é muito geral e indefinido. Por ventura um maçom que visitasse outro país teria de ficar sujeito às leis do Grande Oriente daquele país, enquanto ali residisse, mesmo sem filiar-se?

Quanto às qualificações dos candidatos (serem homens, não mutilados, de nascimento livre e idade madura) também é assunto que merece reparo, tanto mais quanto, no Brasil, onde não existe escravo mas o dispositivo deixa entrever que ainda persiste em nosso país o regime escravista.

A crença no G.:A.:D.:U.:., na ressurreição e numa vida futura é Landmark aceitável, embora com restrições de parte da Maçonaria de alguns países, especialmente da Europa.

A presença do Livro da lei, durante os trabalhos da Loja, também tem sido contestado, porque não teria sido necessário antigamente. Quanto à igualdade de todos os maçons é um Landmark respeitável, pois todos estão no mesmo nível. (Schampheleire)

Também é um Landmark que os segredos da Maçonaria não se devem divulgar.

Que a Maçonaria consista em uma ciência especulativa, fundada numa arte operativa, tem sido objeto de contestação, pois esta não seguiria estudos científicos nem a pratica das artes, contrariamente às opiniões de Aslan, Calvet e Benimeli.

Finalmente, quanto à inalterabilidade dos Landmarks, é outro ponto controvertido e quem os diz (de sua inalterabilidade) é o próprio Mackey, donde resulta não ser este um Landmark, no seu exato sentido. As observações acima, sobre a classificação de Mackey, são as que "mutatis-mutandis" vêm referidas por Nicola Aslan, em sua pesquisa sobre os Landmarks.

Daí resulta darmos razão àqueles que pretendem reduzir os Landmarks a um pequeno número, que possam ser considerados como verdadeiros. Os demais, posteriores à criação da Grande Loja de Inglaterra, em 1717, falta-lhes a origem "de tempos imemoriais", para serem autênticos. As relações de Landmarks foram estabelecidas depois dos meados do século XIX,

na América do Norte, pois não se cogita deles nem na Inglaterra nem na França ou em qualquer outro país da Europa onde exista Maçonaria.

De qualquer forma, porém, cremos que a referência ao G.:A.:D.:U.: no sentido bem especificado do Deus revelado, a presença sobre a Mesa das Três Luzes: o Livro da Lei, o Esquadro e o Compasso, a necessidade dos maçons se distribuírem em Lojas e o governo destas por um Venerável e dois Vigilantes, o seu trabalho secreto e a não divulgação dos segredos da Maçonaria, são Landmarks da maior importância.

Os Estatutos de Ratisbona, de 1559, prescreviam a crença na Trindade, mencionavam a hierarquia corporativa de Mestres, Companheiros e Aprendizes, exigindo para o ingresso na corporação, que o candidato fosse livre e de bons costumes.

É público e notório que, muitas das prescrições contidas nos Landmarks, em especial na relação de Mackey, seriam mais apropriadas a prescrições regulamentares ou a regimentos internos.

O Grande Oriente do Brasil resguarda a tradição que recebeu, mas respeita e admite o ponto de vista da evolução, tanto que adotou como lema: "Novae Sed Antiquae", quer dizer acompanha a marcha da civilização, mas não abandona os sagrados preceitos que estruturam o pensamento filosófico da Sublime Ordem. (Cf. Simb. Mac. — vol. I).

## CLASSIFICAÇÃO DE MACKEY

1. Os modos de reconhecimento.
2. A divisão da Maçonaria simbólica em três graus.
3. A lenda do Terceiro Grau.
4. O Governo da Fraternidade por funcionário que a presida, denominado de Grão Mestre, eleito pelo corpo da Ordem.
5. A prerrogativa do Grão Mestre para presidir as Assembléias da Fraternidade.
6. A prerrogativa do Grão Mestre em dispensar prazos para a concessão de graus.
7. A prerrogativa do Grão Mestre para conceder dispensas a fim de abrir e manter Lojas.
8. A prerrogativa do Grão Mestre para iniciar maçons com dispensa de cerimônia.
9. A necessidade dos maçons congregarem-se em Loja.
10. O Governo da Fraternidade, quando a Loja está reunida, por um Mestre e dois Vigilantes.
11. A necessidade de que cada Loja, quando reunida esteja devidamente guardada.
12. O direito de cada maçom de ser representado em todas as reuniões da Fraternidade e de instruir os seus representantes.
13. O direito de cada maçom de apelar das decisões de seus irmãos em Loja aberta à Grande Loja ou Assembléia Geral dos Maçons.
14. O direito de cada maçom visitar e sentar-se em toda Loja regular.
15. Nenhum visitante, desconhecido dos irmãos presentes, ou de alguns deles, como maçom, pode entrar em Loja, sem sofrer antes um exame de conformidade com os usos antigos.
16. Nenhuma Loja poderá interferir nos assuntos de outra Loja.
17. Cada maçom está sujeito às Leis e Regulamentos da Jurisdição Maçônica onde atua.
18. Que os candidatos tenham estas qualificações: serem homens, não mutilados, de nascimento livre e de idade madura.
19. A crença na existência de Deus como Grande Arquiteto do Universo.
20. Subsidiária à essa crença em Deus, a crença na ressurreição e numa vida futura.
21. Um "Livro da Lei" como parte indispensável no ornamento de Loja.
22. Igualdade entre todos os Maçons.
23. O segredo dentro da Instituição.
24. A função de uma ciência especulativa sobre uma arte operativa e o uso simbólico e explicação dos termos da arte, com a finalidade do ensino moral e religioso.
25. Que os "limites" sejam inalterados.

### NOTA:

Albert Galletin Mackey, grande maçom norte-americano de Charleston, onde nasceu a 12 de março de 1807. Iniciou-se na Loja Maçônica St. Andrew, n.º 10, em 1841, filiando-se, depois, à Loja Salomão (Primeira), da qual foi seu Venerável. Em 1851 foi membro da Loja Landmark 76. Em 1867 foi Grande-Secretário, da Grande Loja. Era médico. Faleceu na Virgínia, no dia 20 de junho de 1881.

A classificação acima foi extraída do Livro "Int. à Maçonaria, de Rizzardo da Camino (1.º Vol. Ed. Aurora).

## CLASSIFICAÇÃO DE ENRIQUE A. LECERFF

1. A Maçonaria é a Instituição orgânica da Moralidade.
2. Seus princípios são a Moral Universal e a Lei Natural ditadas pela Razão e definidas pela Ciência: reconhece um Ser Supremo; não admite outra diferença entre os homens, que não o mérito e o demérito; a ninguém reprova por suas crenças ou opiniões, e não admite debates acerca de religião ou política.
3. A Instituição é una e indivisível e seus ensinamentos se comunicam em três graus: Aprendiz, Companheiro e Mestre.
4. Seu espírito, seus meios de reconhecimentos e a fábula ou lenda do terceiro grau inalteráveis.
5. A Maçonaria respeita a organização civil e política do país em que vive.
6. Aprecia nos homens o mérito pessoal, não a classe social ou a antiguidade; em seu seio todos os irmãos são iguais, sem que a Instituição despoje de seus méritos civis ao que os possua.
7. Somente podem ser recebidos maçons os homens livres, de bons costumes e de idade adulta.
8. Os maçons têm o dever de conduzir-se moral e decorosamente dentro e fora da Loja; dão-se mutuamente o título de "Irmãos"; devem amar-se e proteger-se, e viver em harmonia.
9. O governo da Instituição está baseado no sufrágio universal.
10. Um Grão-Mestre é o Chefe Supremo da Fraternidade.
11. Esta emprega sinais, toques e palavras secretas para se reconhecerem os irmãos, e juramentos que dão a qualidade de Maçom.
12. Todo Maçom deve pertencer a uma Loja, assistir ao trabalho e compartilhar dos encargos gerais.
13. Ninguém pode ser feito Maçom pela autoridade de um irmão, isoladamente, e sim, por uma Loja.
14. A Loja tem todos os direitos gerais da sociedade: admitir ou recusar candidatos; legislar sobre os assuntos de sua competência; administrar seus negócios e fundos; ajuizar e punir seus membros.
15. A Loja congregada deve estar a coberto da curiosidade dos estranhos.
16. Um Venerável Mestre e dois Vigilantes, que o substituem em sua ausência, governam a Loja.
17. O maçom tem o direito de assistir a todas as Lojas (particular e gerais, ou Grandes Lojas); de filiar-se; de ser socorrido na desgraça; de acusar, queixar-se, apelar, defender e representar.
18. O desconhecido deve ser examinado antes de ser tratado como irmão.
19. A Grande Loja governa soberana e exclusivamente a Associação da Maçonaria em sua jurisdição, e está formada pela confederação das Lojas.
20. O Grão-Mestre é o Presidente nato da Grande Loja & Lojas particulares; exerce o poder executivo e é responsável por seus atos perante a Grande Loja.
21. As Lojas são iguais e soberanas; não podem interferir umas em assuntos de outras, nem dar elevação a seus membros sem seu beneplácito.
22. Têm direito de fixar o tempo de suas sessões e o lugar de seu domicílio; eleger e instalar seus funcionários; impor contribuições a seus membros; apelar do Mestre para a Grande Loja; ser representado nesta e dar instruções a seus representantes.
23. Devem congregar-se periodicamente e conservar incólumes o espírito e a forma da Fraternidade em seus trabalhos.
24. A Loja não pode desobedecer nem ajuizar o seu Mestre,

25. As eleições de funcionários são anuais.
26. Todo irmão está subordinado às leis da jurisdição Maçônica em que reside, mesmo quando não seja membro de nenhuma Loja, ou o seja de uma distante.
27. A iniciação confere o caráter de Maçom; porém, para possuir a plenitude de tal direito, é mister receber os três graus da Maçonaria.
28. Só se aceitam novos membros nas lojas com o consentimento geral; não é indispensável a unanimidade dos irmãos que as formam.
29. O candidato deve ter capacidade para compreender e praticar os ensinamentos da Instituição; há de fazer sua petição livre e espontaneamente, sob sua firma; e não pode ser admitido senão depois da suficiente averiguação sobre sua conduta e antecedentes.

NOTA:

A classificação de Lecerff, acima, foi extraída do 1.º volume da Enciclopédia Histórica do Mundo Maçônico, de Renato de Alencar; Membro-Fundador da Cadeira n.º17, da Academia Maçônica de Letra.

## CLASSIFICAÇÃO DE ALBERT PIKE

1. A necessidade dos Maçons se distribuírem em Lojas;
2. O governo de cada Loja por um Venerável e dois Vigilantes;
3. Todos devem crer no Grande Arquiteto do Universo e numa vida futura.
4. O trabalho secreto das Lojas.
5. Que os segredos da Maçonaria não devem ser divulgados.

### NOTA:

Albert Pike foi General, Advogado ilustre e profundo estudioso da Maçonaria. Em Washington, juntamente com Mackey, trabalhou para a instalação do Supremo Conselho-Matriz. Nasceu em Boston, em 29/12/1809. Passou a Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho Meridional, do REAA, em 1859. Foi Grão-Mestre Provincial da Grande Loja da Ordem Real da Escócia nos EUA e Membro honorário de quase todos os Supremos Conselhos do Mundo. "Ocupou lugar de grande destaque entre os autores e escritores Maçônicos e mesmo entre os poetas. O seu zelo infatigável foi sem rival". A sua obra principal foi *Morals and Dogma*, publicada em 1871, na qual estuda os altos Graus um por um. Faleceu em Washington em 02/04/1891.

A classificação acima é apresentada na obra "Lãs marcas de la Masoneria" de Silas H. Shepherd, citada por Nicola Aslan e resultou de uma vigorosa e erudita crítica aos Landmarks.

## **CLASSIFICAÇÃO DE JEAN-PIERRE BERTHELON**

1. Le gouvernement de La Confrérie par un Grand Maitre élu.
2. Le droit de vote, d'appel et de visite des membres.
3. La souveraineté de juridiction territoriale.
4. Le recrutement masculin.
5. La croyance en l'existence de Dieu.
6. Le livre de La Loi Sacrée sur l'Autel.

### **NOTA:**

A classificação acima é extraída das Constituições de Anderson, segundo refere o próprio Berthelon. O seu autor, Jean-Pierre Berthelon é Grande Oficial, da Grande Loja Nacional Francesa. É Membro Correspondente Especial da Academia Maçônica de Letras. Consta esta classificação na obra do mesmo "Miscellanées Traditionnelles et Maçonniques", pág. 182.

## **CLASSIFICAÇÃO APRESENTADA POR JOAQUIM GERVÁSIO DE FIGUEIREDO**

1. O primeiro e fundamental Landmark é a crença em Deus como sendo o Grande Arquiteto do Universo, o Ser que "poderosa e suavemente ordena todas as coisas", e que, de seu elevado plano, governa o Seu universo e lhe infunde a Sua Vida.
2. A crença de que Deus Se expressa em Seu universo como Sabedoria, Força e Beleza.
3. A crença Maçônica na imortalidade e a compreensão de que os Maçons devem alçar-se a uma nova vida e a outra esfera de ser e atividade.
4. A lenda expressa no Terceiro Grau constitui um Landmark. Podem variar os detalhes segundo a época, o país e a raça, porém permanecem inalterados os fatos básicos. Não existe atividade Maçônica sem este Terceiro Grau, ante o qual os dois Graus Superiores são meramente decorativos, expressões da simbologia Maçônica especulativa.
5. Os três Graus da Loja Azul também constituem um importantíssimo Landmark, pois indicam as três etapas do desenvolvimento da consciência do homem, bem como as triplicidades de que são testemunha a Maçonaria e as grandes religiões do mundo.
6. Todos os vários modos de reconhecimento entre Maçons são um Landmark. Assim, os símbolos, os segredos, os instrumentos, toques e palavras são imutáveis, por servirem de meio de reconhecimento entre os Irmãos e por seu significado esotérico ou misterioso.
7. Igualmente um Landmark são as Três Grandes Luzes que devem estar sobre o Altar, e que são o Comp.º., o Esq.º. e a Escritura Sagrada adotada pela Loja local.
8. É um Landmark o fato de que todos os seres humanos são fundamentalmente iguais, e portanto, suas diferenças externas são meramente circunstanciais.
9. Que sete Maçons constituam uma Loja é igualmente um Landmark.
10. Importante Landmark é a cuidadosa preservação dos segredos da Maçonaria. É um Landmark básico, pois a inculcação do sigilo é uma característica de todas as escolas de iniciação, e por isso os antigos Mistérios sempre foram desvendados sob a proteção do silêncio e segredo. Essa é também a tradição Maçônica.
11. Um Landmark é a condição de que toda Loja deve ter um Cobridor e estar "coberta". O Cobridor guarda a porta externa do templo.
12. Outro Landmark é o governo da Fraternidade Maçônica por um Grão-Mestre e o da Loja por um Venerável Mestre.
13. Landmark de máxima importância é a necessidade de os Maçons trabalharem em equipes, chamadas Lojas.
14. O Landmark final é que nenhum destes Landmarks pode ser modificado. Permanecerão inalteravelmente os mesmos, e pelos sinais e Landmarks imutáveis se saberá se os Maçons estão efetivamente a prumo no santo pavimento universal da Maçonaria.

### **NOTA:**

A classificação acima foi extraída do Dicionário de Maçonaria de Joaquim Gervásio de Figueiredo. O seu autor apresenta estes 14 Landmarks por entender serem "os mais importantes e estruturais da Maçonaria, pois os demais são pertinentes aos Regulamentos Gerais e Regimentos." O autor é Membro Fundador da Cadeira n.º 27 da Academia Maçônica de Letras.



## RELAÇÃO DOS "OITO PONTOS" DA GRANDE LOJA UNIDA DA INGLATERRA

1. A Regularidade de Origem, isto é, cada Grande Loja legalmente estabelecida por uma Grande Loja reconhecida, ou por três Lojas no mínimo regularmente constituídas.
2. A Crença no G.:A.:D.:U.: e em sua Vontade Revelada é uma condição essencial para a admissão de cada membro.
3. Todos os Iniciados prestam o seu Juramento sobre, ou na presença de um Volume Aberto da Lei Sagrada; o que significa que a revelação do Alto liga a consciência daquele que é iniciado.
4. Os Membros da Grande Loja e das Lojas individuais devem ser única e exclusivamente homens; e nenhuma Grande Loja poderá manter relação com Lojas Mistas ou organismos que admitam mulheres como membros.
5. A Grande Loja terá poderes soberanos de jurisdição sobre as Lojas sob seu controle; isto é, que ela será uma organização responsável, que se governa independentemente e que seja a única a possuir o poder de governar a Ordem e os Graus Simbólicos de sua Obediência (Aprendiz, Companheiro e Mestre). Não dependerá nem dividirá esta autoridade, com um Supremo Conselho ou outra Potência, reivindicando o controle ou a autoridade sobre estes Graus.
6. As Três Grandes Luzes da Maçonaria: o Volume da Lei Sagrada, o Esquadro e o Compasso serão sempre expostos durante os Trabalhos da Grande Loja ou das Lojas de sua Obediência. A mais importante das três é o Volume da Lei Sagrada.
7. Toda discussão religiosa ou política será absolutamente proibida no interior das Lojas.
8. Os princípios dos antigos Regulamentos, Usos e Costumes da Maçonaria serão estritamente observados.

### NOTA:

A presente Relação dos "oito pontos" não são propriamente falando "Landmarks", mas as condições sine qua non fixadas pela Grande Loja para reconhecer uma outra e considerá-la como corpo Maçônico. Decorrem do Memorial que, a 04 de setembro de 1929, a Grande Loja Unida de Inglaterra dirigiu a todas as obediências com as quais mantinha relações. Os chamados "oito pontos" são, pois, os princípios de base para o reconhecimento de uma Potência Maçônica.

## **RELAÇÃO DE LISTAS DE "LANDMARQUES"**

3 para Alexander S. Bacon e Chetwode Crawley;  
6 para a Grande Loja de Nova York, que toma por base os capítulos em que se dividem as Constituições de Anderson;  
7 para Roscoe Pound, a Grande Loja da Virgínia e o cubano Carlos P. Betanoourt;  
9 para J. G. Findei;  
10 para a Grande Loja de Nova Jersey;  
12 para A. S. Mac Bride;  
15 para John W. Simons e para a Grande Loja de Tennessee;  
17 para Roberto Morris; Tennessee;  
19 para Luke A. Lockwood e a Grande Loja de Connecticut;  
20 para a Grande Loja Ocidental de Colômbia, com sede em Cali;  
25 para Albert G. Mackey e Chalmers I. Paton e ainda a Grande Loja de Massachussets, a qual, embora só admitindo 8 Landmarks, estes são iguais àqueles enunciados por Mackey;  
26 para a Grande Loja de Minnesota;  
29 para Henrique Lecerff;  
31 para o Dr. Oliver;  
54 para H. G. Grant e para a Grande Loja de Kentucky.

### **NOTA:**

A relação de listas de Landmarques acima, é citada por Virgílio A. Lasca, na obra "Princípios Fundamentales de la Orden e los Verdaderos Landmarks" e transcrita por Nicola Aslan em "Landmarks e Outros Problemas Maçônicos".

## **BIBLIOGRAFIA**

SENNÁ, Vanildo de  
Tese – Antítese – Síntese: Landmarques  
ALENCAR, Renato de  
Academia Maçônica de Letras

Bíblia Sagada

### **OUTRAS FONTES DO DOCUMENTO CONSULTADO**

ASLAN, Nicola  
A Maçonaria Operativa, pág. 14  
Gráf. Edit. Aurora Ltda., RJ  
Grande Dicionário Enciclopédico de Maçonaria e Simbologia  
Vol. II, Pág. 559 — Edit. Artenova S/A., RJ/1974  
Landmarques e Outros Problemas Maçônicos, págs. 13/38  
Edit. Aurora /1980.

BENIMELI, José A. Perrer  
Que es Ia Masoneria  
Bev. Historia 16 — págs. 5/19 — Graf. Torroba, Madrid  
Léxico Masónico  
Revista História 16 — págs. 147/51 — Graf. Torroba, Madrid.

BERTHELON, Jean-Pierre (JIBRAÏL)  
Miscellanées Traditionnelles et Maçonniques, pág. 182.  
Editions Techni — Plis (Levallois)  
BRASIL, Grande Oriente do Constituição GOB, 1977 Constituição  
de Anderson, de 1723 Documentos Antigos Landmarks

CAMINO, Rizzardo da  
Introdução à Maçonaria, Vol. I, pags, 57/9 —Edit. Aurora/1972  
O Delta Luminoso, pags. 83/126 — Edit. Aurora, RJ.

FAGUNDES, Morivalde Calvet  
Relatório da Academia Maçônica de Letras, 1972/3, pags. 31/6

FIGUEIREDO, Joaquim Gervásio de Dicionário de Maçonaria — II  
Ed. — pag. 217 Edit. Pensamento, SP.

LEADBEATER, C.W.  
Pequena História da Maçonaria, pags. 191/2  
Edit. Pensamento — SP —  
MAGALHÃES, Augusto Franklin Ribeiro de Simbologia Maçônica,  
vol. I, pag. 74 — RJ /1976

MOISÉS, (Profeta)  
Deuteronomio — Cap. 27, v. 17, (Bíblia Sagrada)

SCHAMPHELEIRE, H. de  
L'Egalitarisme Maçonnique et la Hierarchie Sociaux  
Dans les Pays-Bas Autrichiens, págs. 447/49 (Colóquio de 1976).  
Bruxelles — Bélgica

TOURRET, Fernand  
Chaves da Franco-Maçonaria, pag. 173  
Zahar Edit., RJ.